

	PODER EXECUTIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES NÚCLEO DE CONTRATOS PRAÇA WALDEMAR MAGALHÃES, Nº 01, CENTRO - TRAJANO DE MORAES - RJ CEP - 28.750 -000		Proc. 2267/2025 Fl. <u>22</u> Serv. <u>5</u>
---	--	---	---

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 2267/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP: nº 08/2025

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: OMEGA DISTRIBUIDORA DE CARMO LTDA

O **MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES**, pelo Fundo Municipal de Assistência Social, com sede na Rua Dr. José de Moraes, 05, Centro, Trajano de Moraes/RJ – CEP: 28.750-000, neste ato representado pela Secretária Sra. Giovanna Lima, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº07.263.111-2, expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 894.691.357-68 na qualidade de Ordenador de Despesa, e, de outro lado a empresa

OMEGA DISTRIBUIDORA DE CARMO LTDA, situada na Rua Dr. Wilde Orcas Curty Ribeiro, 240, loja 2, Santa Elisa, Carmo/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.777.902/0001-30, neste ato representado pelo Sr. Adriano da Silva, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à rua Armando Chaves Monteiro, 105, Boa Esperança, Carmo/RJ, portador da carteira de identidade nº 12179187-5 expedida pelo IFP/RJ e CPF nº088.895.477-82, doravante denominada **CONTRATADA**,

resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, sob a regência da Lei Ordinária Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, e do Decreto Municipal nº 86/2023, assim como das demais disposições normativas incidentes, bem como pelas cláusulas e condições seguintes: **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O objeto do presente contrato é:

Aquisição de Cestas Básicas em atendimento aos beneficiários da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme as especificações constantes Termo de Referência, em atendimento as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. As partes convencionam, para fins legais, que o objeto deve ser considerado entregue ou executado conforme solicitação enviada pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS

OMEGA
DISTRIBUID
ORA DE
CARMO
LTDA:46777
902000130

Assinado digitalmente por OMEGA DISTRIBUIDORA DE CARMO LTDA:46777902000130 ND: CN=BR, OU=ICP-Brasil, S=RJ, L=CARMO, OU=47884072000128, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CNPJ A1, OU=Presencial, CN=OMEGA DISTRIBUIDORA DE CARMO LTDA:46777902000130 Razão: Eu sou o autor deste documento Localizado: Data: 2025.04.20 16:21:41-03'00" Foxit PDF Editor Versão: 2025.1.0

	PODER EXECUTIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES NÚCLEO DE CONTRATOS PRAÇA WALDEMAR MAGALHÃES, Nº 01, CENTRO - TRAJANO DE MORAES - RJ CEP - 28.750 -000		Proc. 2267/2025 Fl. <u>23</u> Serv. <u>5</u>
---	--	---	---

O prazo de vigência do contrato será de **03 (três) meses** contados a partir da data da assinatura do presente instrumento. Caso as partes assinem o instrumento em momentos distintos, o prazo será computado a partir da última assinatura aposta.

Parágrafo Primeiro. O prazo contratual poderá ser prorrogado, quando couber, na forma do art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21.

Parágrafo Segundo. O reajuste será especificado nas cláusulas contratuais, tendo como termo inicial a data de assinatura do contrato, e índice o IPCA.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar/executar o objeto do contrato, de acordo com o especificado no edital e seus anexos;
- b) entregar/executar o objeto do contrato sem qualquer ônus extras para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete e seguro;
- c) manter em estoque um mínimo de material necessário à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeito ou incorreções resultantes da execução irregular ou do fornecimento em desconformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos, no prazo de até 10 dias;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à realização do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

OMEGA
 DISTRIBUIDO
 RA DE CARMO
 LTDA:4677790
 2000130

Assinado digitalmente por OMEGA
 DISTRIBUIDORA DE CARMO
 LTDA:46777902000130
 NO: CNPJ, CNPJ: 08.941.541/0001-14
 CARMO, QUINZANO 72000128, OJA
 Secretária da Receita Federal do Brasil
 RFB, CNPJ: 08.941.541/0001-14
 OMEGA
 DISTRIBUIDORA DE CARMO
 LTDA:46777902000130
 Razão: Eu sou o autor deste documento
 Localidade:
 Data: 2025.04.20 16:21:54-03'00'
 Fonte: PDF Editor Versão: 2025.1.0

	PODER EXECUTIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES NÚCLEO DE CONTRATOS PRAÇA WALDEMAR MAGALHÃES, Nº 01, CENTRO - TRAJANO DE MORAES - RJ CEP - 28.750 -000		Proc. 2267/2025
			Fl. <u>34</u>
			Serv. <u>5</u>

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
ASSISTÊNCIA SOCIAL	19010812200402073	339032	1704000

Parágrafo Único. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO:

O preço pelos serviços prestados e/ou mercadorias entregues será **R\$ 49.095,00 (quarenta e nove mil e noventa e cinco reais)**.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Nomeia-se fiscal do contrato para acompanhá-lo e fiscalizá-lo do início ao fim, ou até que seja substituído por portaria, o(a) servidor(a):

VANDA SCHUCHMANM, MATRÍCULA nº 3947

Parágrafo Primeiro. O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência/Projeto Básico, da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Segundo. O objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

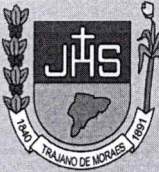
Em se tratando de obras e serviços:

- provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em até 15 (quinze dias);
- definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

Em se tratando de compras:

- provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, em até 15 (quinze dias);
- definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo Terceiro. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos

	PODER EXECUTIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES NÚCLEO DE CONTRATOS PRAÇA WALDEMAR MAGALHÃES, Nº 01, CENTRO - TRAJANO DE MORAES - RJ CEP - 28.750 -000		Proc. 2267/2025 Fl. <u>35</u> Serv. <u>5</u>
---	--	---	---

observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 05 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto. A instituição e a atuação da fiscalização não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DAS RESPONSABILIDADES

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro. A **CONTRATADA** é obrigada a reapresentar automaticamente, independente de notificação, a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

Parágrafo Segundo. A ausência da apresentação dos documentos mencionados no parágrafo anterior ensejará notificação da **CONTRATADA** com prazo de **10 (dez) dias** para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias não comprovadas e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sujeitando-se às penalidades previstas nesse contrato, na hipótese de descumprimento total ou parcial das obrigações.

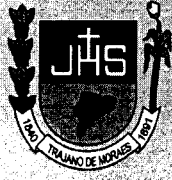
Parágrafo Terceiro. Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido com imposição de penalidades.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CONTRATANTE** deverá pagar o preço convencionado, conforme cronograma ajustado, mediante comprovação do adimplemento do objeto, proporcionalmente aos serviços prestados. O pagamento deve ser efetuado através de depósito na conta corrente informada que **CONTRATADA**, desde que seja de sua própria titularidade.

OMEGA
 DISTRIBUIDORA DE
 ORA DE
 CARMO
 LTDA:46777
 902000130

Assinado digitalmente por
 OMEGA DISTRIBUIDORA DE
 CARMO LTDA:46777902000130
 No CNPJ: 09.093.884/0001-91
 LUCAS CARMO, QUE
 47364722087128, QUE Secretário
 da Receita Federal do Brasil -
 PIS e Cofins e CPN/AT, QUE
 INSS/INSS, CNPJ/INSS
 DISTRIBUIDORA DE CARMO
 LTDA:46777902000130
 Razão: Eu sou o autor deste
 documento
 Data: 2025.04.20 16:23:00-0300
 Foxit PDF Editor Versão: 2025.1.0

	PODER EXECUTIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES NÚCLEO DE CONTRATOS PRAÇA WALDEMAR MAGALHÃES, Nº 01, CENTRO - TRAJANO DE MORAES - RJ CEP - 28.750 - 000		Proc. 2267/2025 Fl. <u>36</u> Serv. <u>5</u>
---	---	---	---

Parágrafo Primeiro. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento à Secretaria de Fazenda do Município de Trajano de Moraes, acompanhada da documentação de comprovação de regularidade fiscal e se o objeto tratar de serviço também deverá acompanhar o comprovante de recolhimento mensal do FGTS e do INSS.

Parágrafo Terceiro. O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias**, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela e somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação.

Parágrafo Quarta. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de **30 (trinta) dias** ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Quinto. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização monetária na forma da Emenda Constitucional nº 113/2021, ou seja, pela SELIC (que já inclui juros moratórios em sua composição), e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos com desconto de 0,0333% ao dia.

Parágrafo Sexto. A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 124, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser extinto nas situações constantes no artigo 137 da Lei 14.133/21, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Segundo. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da assinatura.

OMEGA
DISTRIBUIDO
RA DE CARMO
LTDA:4677790
2000130

Assinado digitalmente por OMEGA
DISTRIBUIDORA DE CARMO
LTDA:467779000130
NP: C=BR, O=CP-Brasil, S=RJ, L=CARMO, OU=467779000130, OU=Secretaria da Prefeitura Federal do Brasil, ou=RFB, ou=RFB, ou=CPJ A1, OU=Presencial, CN=OMEGA DISTRIBUIDORA DE CARMO LTDA:467779000130
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localizador:
Data: 2028.04.20 16:23:12-03'00'
Font PDF Editor Versão: 2025.1.0

	PODER EXECUTIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES NÚCLEO DE CONTRATOS PRAÇA WALDEMAR MAGALHÃES, Nº 01, CENTRO - TRAJANO DE MORAES - RJ CEP - 28.750 -000		Proc. 2267/2025 Fl. <u>37</u> Serv. <u>5</u>
---	--	---	---

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- III - execução da garantia contratual para:
 - a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial do Contrato, o retardamento da entrega/execução do objeto ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) multa administrativa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da infração cometida.

Parágrafo Segundo. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

Parágrafo Terceiro. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão contratante, devendo ser aplicada pela **autoridade competente** com poderes para decidir na Administração Pública:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas por **autoridade competente com poderes para decidir na Administração Pública**
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo **Ordenador de Despesa**;
- c) aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do **Exmo. Senhor Prefeito**.

Parágrafo Quarto. A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

- a) multa que não excederá, em seu total, 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

	PODER EXECUTIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES NÚCLEO DE CONTRATOS PRAÇA WALDEMAR MAGALHÃES, Nº 01, CENTRO - TRAJANO DE MORAES - RJ CEP - 28.750 - 000		Proc. 2267/2025 Fl. <u>38</u> Serv. <u>5</u>
---	---	---	---

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

Parágrafo Quinto. O impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 03 (três) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o contratado faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

Parágrafo Sexto. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput* da **cláusula vigésima**, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo Sétimo. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

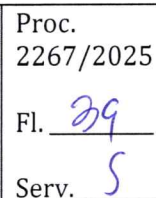
Parágrafo Oitavo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado; a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

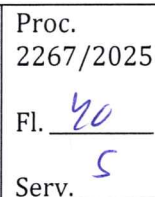
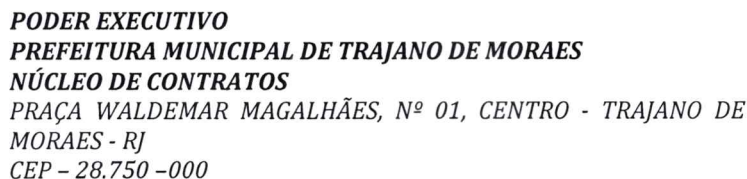
Parágrafo Nono. A aplicação da multa de mora não exclui a possibilidade da Administração promover a extinção unilateral da Ata de Registro de Preços, quando essa fora a modalidade, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo. A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

Parágrafo Décimo Primeiro. Ao interessado será garantido o contraditório e ampla defesa prévia.

Parágrafo Décimo Segundo. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.





Testemunhas



8 - FISCAL DO CONTRATO: SONIA REGINA
DAVID SILVA, MAT 4342

EXTRATO DE CONTRATO 40/2026

1- PROCESSO Nº 947/2026

2- CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE

3- CONTRATADO: SUPRIRIO COMÉRCIO E
SERVIÇOS LTDA, CNPJ SOB O Nº
47.117.857/0001-50

4- OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
PARA AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS E
TONERS PARA ATENDER A SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAÚDE E SEUS SETORES

5- VALOR DO CONTRATO: R\$ 36.783,10
(TRINTA E SEIS MIL SETECENTOS E
OITENTA E TRÊS REAIS E DEZ CENTAVOS).

6- PRAZO: 12 (DOZE) MESES

7- ASSINATURA: 13/04/2026

8 - FISCAL DO CONTRATO: SONIA REGINA
DAVID SILVA, MAT 4342

EXTRATO DE CONTRATO 43/2026

1- PROCESSO Nº 1122/2026

2- CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE

3- CONTRATADO: SUPRIRIO COMÉRCIO E
SERVIÇOS LTDA, CNPJ SOB O Nº
47.117.857/0001-50

4- OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
PARA AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS PARA
ATENDER À ORDEM JUDICIAL 0000271-
612013.8.19.0062 DA PACIENTE THAYSSA
PAIXÃO LADEIRA RODRIGUES

5- VALOR DO CONTRATO: R\$ 55.900,00
(CINQUENTA E CINCO MIL E NOVECENTOS
REAIS)

6- PRAZO: 12 (DOZE) MESES

7- ASSINATURA: 17/04/2026

8 - FISCAL DO CONTRATO: SONIA REGINA
DAVID SILVA, MAT 4342

EXTRATO DE CONTRATO 18/2026

1- PROCESSO Nº 2267/2025

2- CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

3- CONTRATADO: OMEGA DISTRIBUIDORA
DE CARMO LTDA, CNPJ/MF SOB O Nº
46.777.902/0001-30

4- OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS
EM ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL

5- VALOR DO CONTRATO: R\$ 49.095,00
(QUARENTA E NOVE MIL E NOVENTA E
CINCO REAIS)

6- ASSINATURA: 20/04/2026

7 - FISCAL DO CONTRATO: VANDA
SCHUCHMANN, MAT Nº3947

**EXTRATO DE TERMO DE AJUSTE DE
CONTAS**

1- PROCESSO Nº 1983/2026

2- CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TRAJANO
DE MORAES

3- CONTRATADO: VALESHOP BENEFÍCIOS E
SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS LTDA, CNPJ
SOB O Nº 02.561.118/0001-14

4- OBJETO: SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO, FORNECIMENTO E
EMIÇÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO PARA
SERVIDORES MUNICIPAIS

5- VALOR DO CONTRATO: R\$ 110.800,00
(CENTO E DEZ MIL E OITOCENTOS REAIS)

6- ASSINATURA: 20/04/2026
